

05/12/2011 - 19h14 / Atualizada 05/12/2011 - 19h26

Presidente do TC abre evento do PAF Social na UEPG

por Neomil Macedo



“Vai longe o tempo em que as instituições públicas se fechavam. Hoje elas estão cada vez mais abertas ao controle da sociedade”. Com esta afirmação o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Fernando Augusto Mello Guimarães, abriu o “Painel de Referência” do PAF Social (Plano Anual de Fiscalização Social), nesta segunda-feira (5/11), no auditório do PDE, no Campus Universitário de Uvaranas. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) integra o projeto PAF Social, desenvolvido pelo TCE-PR em parceria com as universidades estaduais paranaenses, visando melhorar a gestão pública e desenvolver o conceito de auditoria social, com a participação da sociedade no controle dos gastos públicos.

Segundo Fernando Guimarães, uma das metas do PAF Social é justamente mudar a imagem que as pessoas têm do Tribunal de Contas. “Através dessa parceria queremos agregar valor ao nosso trabalho”, disse, referindo-se à massa crítica das universidades. Mais de 400 universitário de todo o Paraná participam de auditorias para verificação da qualidade dos serviços públicos prestados à população, nas áreas de transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano, além da definição de indicadores de gestão municipal.



“O principal problema da gestão pública não é a corrupção, mas o desperdício de recursos em programas e ações desnecessários ou mal executados”, salienta o presidente do TC, citando alguns casos de má gestão de recursos, que em princípio, do ponto de vista da legalidade, não apresentavam problemas. “O que nós visamos é o resultado. É saber se de fato a população está sendo beneficiada”, disse Guimarães, ao enfatizar que o objetivo do PAF Social é despertar a cidadania. “Dar ao cidadão, individual ou coletivamente, ferramentas para verificar e apontar melhorias na qualidade das políticas públicas”.





O reitor João Carlos Gomes agradeceu a confiança depositada pelo Tribunal de Contas do Estado no trabalho das universidades estaduais. "É nosso dever e nossa responsabilidade, enquanto instituições públicas, dar nossa parcela de contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços públicos", disse o reitor. A UEPG atua em duas frentes do PAF Social, com um trabalho que serve de referência, segundo o presidente do TCE. A linha de "Desenvolvimento e Análise de Indicadores de Gesto Pública" é coordenada pela professora Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros (Departamento de Serviço Social); enquanto a auditoria operacional em "Aquisição de Medicamentos" está sob responsabilidade do professor Sinvaldo Baglie (Departamento de Ciências Farmacêuticas). As ações envolvem alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Farmácia, Jornalismo, Serviço Social e Turismo.



O coordenador do PAF Social, Djalma Riesemberg, fez uma explanação sobre os objetivos do "Painel de Referência" realizado nesta segunda-feira na UEPG, com foco na auditoria operacional de "Aquisição de Medicamentos". Segundo ele, o painel tem a tarefa de validar os

primeiros levantamentos realizados e definir a matriz de planejamento, documento que vai balizar toda a execução da auditoria. Para isso foram convidados representantes da sociedade civil organizada e órgão ligados à área da saúde, que, através da sua experiência, podem contribuir para a compreensão das questões levantadas acerca do objeto da auditoria.

TRÊS ETAPAS

O PAF Social se divide em três fases. A primeira consiste numa auditoria piloto em três áreas de atuação do poder público: transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano. Nesta etapa ainda, será desenvolvida uma pesquisa acadêmica, que permitirá a definição de indicadores de gestão municipal. Os temas foram sugeridos pelos próprios representantes das instituições de ensino, a partir das necessidades regionais, no trabalho preliminar desenvolvido desde o início do ano.

Na segunda etapa, a partir de 2012, serão realizadas audiências públicas regionais que indicarão áreas e programas que deverão ser objeto de fiscalização pelo Tribunal no PAF ainda em 2012. A terceira fase pretende atingir o conceito de auditoria social, modelo de fiscalização sistemática e permanente, adotado em países da América Central e marcado pela participação efetiva da comunidade.

A atuação no PAF Social será trabalhada nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e incluída nas grades curriculares dos diferentes cursos das universidades e faculdades. As conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Corte, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.



